

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 3 [Recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A educação no âmbito do político e de suas tramas; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-866-3 DOI 10.22533/at.ed.663192312</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas” foi pensado de modo que pudesse reunir pesquisas sobre educação de diversas partes do Brasil. Fazendo um apanhado de discussões atualizadas e apresentando um conjunto de resultados e experiências inovadoras, visando contribuir com a educação, sobretudo, no âmbito político e suas tramas.

São 122 artigos divididos em 4 Volumes sendo que, **neste Volume 3**, são 18 artigos em torno da temática Interdisciplinaridade e 11 artigos relatando propostas e experiências sobre Administração Escolar.

No **Volume 1**, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Educação Infantil, Ensino Médio, Educação Superior e Ambiente Virtual de Aprendizagem, totalizando 33 textos inéditos.

No **Volume 2**, os temas selecionados foram Educação e Inclusão Escolar e Social, Arte e Cultura, Saúde e Educação. São 31 artigos que chamam para um diálogo provocante e construtivo. O índice é um convite a leitura.

Fechando esta edição, no **Volume 4** trazemos 29 artigos divididos entre as temáticas da Formação Continuada, Formação para a Cidadania, Formação Docente e Leitura e Educação.

Sejam bem-vindos ao e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas”.

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

INTERDISCIPLINAR

CAPÍTULO 1	1
AGROECOLOGIA NA ESCOLA COMO INSTRUMENTO DE ENSINO A PARTIR DA ABORDAGEM TEMÁTICA FREIREANA	
Diego de Sousa Macedo Wesley Amaral Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.6631923121	
CAPÍTULO 2	12
ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA GAMIFICAÇÃO E APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS NA DISCIPLINA DE SISTEMAS DE TRANSPORTES DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ NOS ANOS DE 2013, 2014 E 2016	
Márcia de Andrade Pereira Bernardinis Rodolfo Augusto da Costa Maria Clara Suginoshita Marcelo Sefrin Nascimento Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.6631923122	
CAPÍTULO 3	28
AS RELAÇÕES BIOFÍLICAS E A ATIVIDADE NA NATUREZA: SUA CONTRIBUIÇÃO NO BEM-ESTAR	
Marilda Teixeira Mendes Michela Abreu Francisco Alves Jarbas Pereira Santos Patrícia Aparecida Antunes Alves Irene Menegali	
DOI 10.22533/at.ed.6631923123	
CAPÍTULO 4	39
CONHECENDO SOBRE A EVOLUÇÃO DA CONTAGEM E IDENTIFICANDO A ABORDAGEM DA HISTÓRIA DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Silvânia da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.6631923124	
CAPÍTULO 5	50
CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DE UM GRUPO DE MULHERES CAMPONESAS	
Rael Oliveira Souza Erivelton Nascimento Souza Darlei Oliveira Ferreira Aldinete Silvino de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.6631923125	
CAPÍTULO 6	61
CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS: UMA ESTRATÉGIA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Gislei José Scapin Leandra Costa da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.6631923126	

CAPÍTULO 7	74
CURRÍCULO: PERSPECTIVAS PARA UM ENSINO DE CIÊNCIA ARTICULADO COM A REALIDADE	
Elisete Martins Soares	
DOI 10.22533/at.ed.6631923127	
CAPÍTULO 8	86
EDUCAÇÃO MEDICALIZADA: A INSENSIBILIDADE DA ESCOLA DIANTE DO CORPO ATIVO	
Andressa Rodrigues Mota	
Kelly Jessie Queiroz Penafiel	
Sylvia Pillar Oliveira de Tassis Frasson	
DOI 10.22533/at.ed.6631923128	
CAPÍTULO 9	97
ELABORAÇÃO DE FOLDERS PARA DIVULGAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS EM NAVIRAÍ - MS	
Keila Kauana Ribeiro Serena	
Fabiane Charão Gomes	
Juliana Dutra Lima	
Mariana Manfroi Fuzinatto	
Priscila Neder Morato	
DOI 10.22533/at.ed.6631923129	
CAPÍTULO 10	102
ENSINO DE QUÍMICA NA REGIÃO CENTRO-OESTE: ANÁLISES E REFLEXÕES	
Andréia Andreóli Silvestre	
Sandra Valéria Limonta Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.66319231210	
CAPÍTULO 11	110
ENTENDIMENTO DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE-CEARÁ ACERCA DE PRIMEIROS SOCORROS	
Janne Eyre Bezerra Torquato	
Adalberto Cruz Sampaio	
Francisco Diego da Silva Xavier	
Monalisa Martins Querino	
Elizabeth Amábile Calixto Costa	
Sheyla Maria Lima da Silva	
Paulo Henrique do Nascimento Bem	
Aurilene Alves Torquato	
Ilanna Mara Bezerra Neves	
Alinne Mota Dias	
Emanuelly Castro Alves	
José Herssem Loureto Abrantes Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.66319231211	
CAPÍTULO 12	122
IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO FÍSICA PARA SAÚDE DE ESTUDANTES EM FASE ESCOLAR	
Adriana Lúcia Leal da Silva	
Luiz Clebson de Oliveira Silvano	
Letícia Lúcia Leal da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66319231212	

CAPÍTULO 13	130
MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: PODER E SABER MÉDICO NA PRODUÇÃO DE SUJEITOS ESCOLARES	
Fabiola Regina Ortega Eduardo Nunes Jacondino	
DOI 10.22533/at.ed.66319231213	
CAPÍTULO 14	140
NOTAS SOBRE A FILOSOFIA POLÍTICA DE ELLACURÍA	
Rogério Baptistella Sidney Reinaldo da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66319231214	
CAPÍTULO 15	149
O GEOGEBRA COMO FERRAMENTA NO ESCALONAMENTO DE SISTEMAS DE EQUAÇÕES LINEARES	
Márcio dos Anjos São Pedro	
DOI 10.22533/at.ed.66319231215	
CAPÍTULO 16	161
O PROFESSOR DE INFORMÁTICA EDUCATIVA E O SEU PAPEL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE MUNICIPAL DE SANTA MARIA	
Eunice Pereira Azenha Maritê Medianeira Moro Neocatto Karla Marques da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.66319231216	
CAPÍTULO 17	175
RELATO DE EXPERIÊNCIA COM O SUBPROJETO PIBID NA ÁREA DE MATEMÁTICA	
Maria Emília da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66319231217	
CAPÍTULO 18	184
ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE ATIVIDADES DIDÁTICAS DE LÍNGUA INGLESA NA COMPREENSÃO ESCRITA	
Maria Catarina Paiva Repolês	
DOI 10.22533/at.ed.66319231218	
ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR	
CAPÍTULO 19	195
A EDUCAÇÃO NA DEFESA FUNDAMENTAL DOS DIREITOS HUMANOS	
Juliana Santos Alves Paulo Sérgio Machado	
DOI 10.22533/at.ed.66319231219	

CAPÍTULO 20	204
ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CÁCERES	
Cleusa dos Santos	
Eva Batista dos Santos Silva	
Ilma Ferreira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.66319231220	
CAPÍTULO 21	213
CONSELHO ESCOLAR, INSTRUMENTO DA DEMOCRACIA: DIAGNÓSTICO DA GESTÃO COLEGIADA NO COLÉGIO ESTADUAL DE BRUMADO	
Elielson Teixeira	
Nubia Regina Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.66319231221	
CAPÍTULO 22	225
ENSAIO ANALÍTICO DO PRONATEC SOB A ÓTICA DA ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS	
Sérgio Inácio da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.66319231222	
CAPÍTULO 23	237
INOVAÇÃO OU DEMOCRACIA: APORIA DE INSTITUIÇÕES OU FIM DA DEMOCRACIA?	
Marcelo Micke Doti	
DOI 10.22533/at.ed.66319231223	
CAPÍTULO 24	248
O DEBATE PÚBLICO E PRIVADO EM EDUCAÇÃO NOS TRAMITES DE UMA LDB NEOLIBERAL	
Claitonei de Siqueira Santos	
Ivo Monteiro de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.66319231224	
CAPÍTULO 25	261
O FINANCIAMENTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MANAUS: UMA ANÁLISE SOBRE SUA COMPOSIÇÃO E SEU IMPACTO SOBRE A QUALIDADE DO ENSINO DURANTE O PERÍODO DE 2007-2015	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Leonardo Marcelo dos Reis Braule Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.66319231225	
CAPÍTULO 26	272
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE SEUS PROPÓSITOS	
Elisabete Ferreira Esteves Campos	
Andreia de Souza Grava	
DOI 10.22533/at.ed.66319231226	
CAPÍTULO 27	286
RELAÇÃO ENTRE A ÉTICA E A PESQUISA EM EDUCAÇÃO – TEORIA E PRÁTICA	
Jaqueline Tubin Fieira	
Giseli Moteiro Glagliotto	
DOI 10.22533/at.ed.66319231227	

CAPÍTULO 28	294
REPERCUSSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE	
Rozilene de Moraes Sousa	
Edna de Oliveira Souza Silva	
Queila Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66319231228	
CAPÍTULO 29	304
UMA JANELA PARA A ÉTICA DAS POLÍTICAS DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL	
Nuno Miranda e Silva	
Sónia Pereira Dinis	
DOI 10.22533/at.ed.66319231229	
SOBRE O ORGANIZADOR	317
ÍNDICE REMISSIVO	318

REPERCUSSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE

Data de aceite: 04/12/2018

Rozilene de Moraes Sousa

Secretaria Estadual de Educação
Rondonópolis – Mato Grosso

Edna de Oliveira Souza Silva

Secretaria Estadual de Educação
Rondonópolis – Mato Grosso

Queila Ferreira da Silva

Secretaria Municipal de Educação
Rondonópolis – Mato Grosso

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo de analisar o percurso das políticas públicas educacionais no Brasil a partir do final do século XX até a primeira década do século XXI. Destacando a influência de seus aspectos gerencialista e performativista na formação de professores. Nessa perspectiva, surgem duas indagações: quais as influências das políticas educacionais na formação de professores? Quais características da reforma educacional permeiam a constituição da identidade docente atualmente? Esses são os principais pontos constituintes desse trabalho. Para tanto, adotou-se uma perspectiva metodológica da pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, dando ênfase ao processo de sua construção na contemporaneidade. A análise

do resultado panorâmico dessas políticas instituídas em diferentes níveis proporcionou uma reflexão sobre a intersecção que possuem com a constituição do currículo na formação e no desenvolvimento da identidade docente. Sinaliza a falta de políticas públicas educacionais efetivas com foco na formação dos professores e destaca-se como desafio, a sobrevivência da subjetividade autônoma e da identidade profissional docente, considerando a escola como principal palco das mudanças que precisam ocorrer no cenário socioeconômico e cultural da atual sociedade por meio da disseminação da educação como ato político transformador.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas educacionais. Gerencialismo e performativismo. Identidade docente.

IMPACT OF EDUCATIONAL PUBLIC POLICIES ON BUILDING TEACHER IDENTITY

ABSTRACT: This paper aims to analyze the course of educational public policies in Brazil from the late twentieth century to the first decade of the twenty-first century. Highlighting the influence of its managerialist and performativist aspects on teacher education.

From this perspective, two questions arise: what are the influences of educational policies on teacher education? Which characteristics of educational reform permeate the constitution of teaching identity today? These are the main constituent points of this work. Therefore, a methodological perspective of the bibliographical research with a qualitative approach was adopted, emphasizing the process of its construction in contemporary times. The analysis of the panoramic result of these policies instituted at different levels provided a reflection on their intersection with the constitution of the curriculum in the formation and development of teacher identity. It signals the lack of effective educational public policies focused on teacher training and stands out as a challenge, the survival of autonomous subjectivity and professional teaching identity, considering the school as the main stage of the changes that need to occur in the current socioeconomic and cultural scenario of society through the dissemination of education as a transformative political act.

KEYWORDS: Educational public policies. Managerialism and performativism. Teaching Identity.

1 | INTRODUÇÃO

A crise do Estado Nação, aliada aos processos de globalização e transnacionalização do capitalismo, é o marco constituinte das reformas de estado, inclusive do redimensionamento das políticas públicas educacionais e do papel que estas exercem na sociedade.

Nesse movimento, há uma necessidade de reconfiguração e ressignificação da função do estado e a escola se torna o aparelho idealizador dos objetivos estabelecidos pela cultura dominante burguesa, na qual prevalece o caráter de uma formação mercantilista e consumista. Parece contraditório, mas a escola de massas acaba sendo o precursor homogeneizador de um ideário político e cultural da classe dominante.

No entanto, para compreender uma política pública social educacional, precisamos transcender sua esfera específica e entender o significado do projeto social do estado como um todo e as contradições gerais inseridas no atual contexto.

Partindo desse pressuposto, consideramos que as políticas públicas educacionais influenciam de maneira significativa os objetivos e a finalidade da Educação o que acaba repercutindo nas políticas de formação de professores nos âmbitos federais, estaduais e municipais. Já que o professor é um dos principais protagonistas desse cenário de mudanças e a escola é o palco onde se efetivam de fato.

Nessa perspectiva, surgem duas indagações primordiais que norteiam esse trabalho: quais as influências das políticas educacionais na formação de professores?

Quais características da reforma educacional permeiam a constituição da identidade docente atualmente? Esses são os principais pontos constituintes desse trabalho.

Para suscitarmos algumas reflexões no âmbito das políticas educacionais, na formação de professores e na constituição de sua identidade docente, nos embasamos teoricamente em autores como: Baal (2005, 2011), Cabral Neto (2009), Castro (2009), Santos (2011), Bernstein (1996), Peroni (2003), Fonseca (2005), Carlos Marcelo (1999,2009, André (2011) entre outros.

Desse modo, pretendemos analisar as atuais conjecturas entre as políticas públicas educacionais e a formação de professores nesse cenário tão complexo do século XXI.

2 | PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: BREVE RECORTE A PARTIR DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por diversas vozes que clamavam por uma Política Educacional Nacional. Esses ecos se configuraram no Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932), que primava pela escola pública laica e de responsabilidade do Estado. Desde então as lutas pela educação pública para todos vem se intensificando cada vez mais.

A partir do golpe militar, organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, interferem de forma significativa no Brasil. Acordos entre o Ministério da Educação e a Agência de Desenvolvimento Internacional são promulgados para assegurar o cumprimento dos interesses econômicos internacionais pelo governo brasileiro. Esses acordos geraram, conforme Santos (2011, p.5), “na prática implantou-se um pacote de leis, decretos – leis e pareceres relativos à educação objetivando garantir um desenho de política educacional orgânica, nacional e abrangente”. Houve a regulamentação da participação estudantil, a institucionalização do salário-educação, a fixação das normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e também das diretrizes e bases para o Ensino de 1º e 2º Graus.

Dando um salto temporal histórico de pelo menos 20 anos, chegamos a década de 80 com um quadro da educação bem crítico, pois cerca de 50% das crianças matriculadas na 1ª série do ensino fundamental reprovavam; 30% das crianças em idade escolar não frequentavam a escola; 23% dos professores não tinham formação específica para docência e a população era constituída por 30% de analfabetos (SHIROMA, MORAIS, EVANGELISTA,2002).

Com a criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós- Graduação (ANPEd), da Associação nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES) e da

Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação, por exemplo, instaura-se pelos e educadores partícipes dessas entidades, uma luta pela melhoria da qualidade na educação, pela valorização (plano de carreira nacional) e qualificação dos profissionais da educação, pela gestão democrática, pela defesa da criação de verbas públicas exclusivas para a educação e também pela ampliação da obrigatoriedade escolar (da educação infantil ao ensino médio).

Depois da aprovação da Nova Constituição (1988), temos a Carta Magna, a qual reforçava as reivindicações dos educadores, que infelizmente acabou sendo quase que extintas pelos mecanismos de controle dos órgãos internacionais.

Anos 90, o estado mínimo se instaura, o FMI e o Banco Mundial exigem que os países subdesenvolvidos reduzam os gastos públicos, a privatização das empresas estatais e a busca de recursos que não fossem oriundos do estado para custear atividades são medidas adotadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso. O interessante é que o estado só se tornou mínimo no que tange ao bem-estar social, mas enquanto regulador da sociedade civil continuava como expoente máximo.

Com a reforma do estado brasileiro, acordo entra em cena o processo de descentralização administrativa, entendida aqui como “autonomia do administrador para gerir recursos” (PERONI, 2003, p.59). No entanto, com esse processo de descentralização, de acordo com Fonseca (2005, p.187), “imprimiu-se um formato gerencial à administração pública, tornando-a mais apta para atuar com eficiência, ou seja, com capacidade de alcançar maiores resultados com menor custo para o Estado”.

Avançando um pouco mais nesse breve percurso histórico das políticas públicas educacionais, vamos ingressar no início do século XXI, especificamente, janeiro de 2003 – governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Houve tentativa de mudanças, no entanto, os programas de caráter compensatório ganham muita força durante o seu primeiro mandato.

Nesse contexto, tivemos a implantação de políticas tanto de médio quanto de longo prazo, as quais continuam permeando o cenário educacional atual. A implantação de algumas medidas merece destaque, tais como: o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) em 2004 e em 2007 tivemos - O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

A implantação dessas medidas acabou reforçando os ideais neoliberais do governo anterior, ou seja, a educação continuou sendo um artefato mercantilista. Se analisarmos bem, o PROUNI contribuiu para a diminuição da luta pelo ensino superior público por parte dos jovens pertencentes às camadas mais pobres, porque

as instituições superiores particulares facilitam esse acesso e permanência. No entanto, não trabalham na perspectiva do ensino, da pesquisa e da extensão, o que compromete a qualidade da formação desses sujeitos.

No que se refere ao REUNI, apesar de ampliar as vagas nas Universidades para os alunos, isso só se deu na esfera quantitativa, quer dizer, aumentou-se o número de alunos por professores, porém não aumentou de forma considerável, os investimentos na criação de novas Instituições de Nível Superior Federal ou, por exemplo, o quadro efetivo desses professores universitários. O que presenciamos é o tempo cada vez mais escasso e uma sobrecarga de trabalho desses profissionais. Além disso, há nas universidades federais a terceirização de muitos serviços.

E o que falar do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que tem como grande articulador o “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação”, cuja proposta é articular os Estados, Distrito Federal e os Municípios, os quais elaboram seus Planos de Ações Articuladas (PAR), que tem como elementos principais a decisão política, a ação técnica e o atendimento da demanda educacional que é manipulada pelos interesses dos órgãos internacionais que acabam ditando essa demanda. O maior foco dessas ações é a melhoria dos indicadores de aprendizagem, os quais refletem a qualidade da educação brasileira, ou melhor, o cumprimento de mais uma meta dos interesses políticos do mercado internacional e nacional.

Isso nos revela as características gerencialista e performativista dessas políticas públicas sociais e educacionais. Mas de que forma as políticas públicas educacionais se interrelacionam com as políticas de formação de professores? Como influenciam a constituição da identidade docente dos professores?

Esses questionamentos conduzirão os fios que darão continuidade à tessitura do presente texto.

3 | POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: ALGUNS ASPECTOS GERENCIALISTA E PERFORMATIVISTA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Como as políticas educativas se interrelacionam com as políticas de formação de professores?

Poderíamos considerar, como argumenta Lessard (apud GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p.31) “que as formas de financiamento da educação e os modos de gestão do currículo são aspectos das políticas educativas em que a intersecção com as políticas docentes se tornam particularmente evidente”.

Isso se afirma quando os cursos de formação continuada de professores possuem como meta principal a implementação do currículo nos diferentes níveis e modalidades de ensino, pois acabam ditando o que deve ser ensinado e aprendido

de acordo com o modelo de sistema educacional estabelecido. Como exemplo, temos os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), nos quais é consolidada a concepção de educação básica vigente na atual sociedade.

Dessa forma, desde o final da década de oitenta até os nossos dias atuais, a nova gestão pública possui suas bases alicerçadas nos padrões gerenciais vigentes. Não podemos dissociar os aspectos do Gerencialismo presentes na gestão educacional.

Parafraseando Castro (2009), o novo modelo inspirado nas orientações do gerencialismo busca estabelecer para o campo educacional, uma cultura organizacional firmada nos princípios da gestão estratégica e do controle de qualidade com o objetivo de promover a racionalização, a eficiência e a eficácia dos sistemas de ensino mediante ao caráter da gestão empresarial. Por isso é um “instrumento para criar uma cultura competitiva” (BERNSTEIN, 1996, p.75).

Aliado ao gerencialismo predominante nesse novo modelo, temos ainda a performatividade, que segundo Ball (2005, p.3) “é uma tecnologia, uma cultura e um método de regulamentação que emprega julgamentos, comparações e demonstrações como meios de controle, atrito e mudança”. Nessa perspectiva, os parâmetros de produtividade pautados em resultados, tornam-se sinônimos de qualidade, a qual é medida por avaliações divulgadas para toda sociedade.

É exatamente nesse contexto social e político que atua o professor. Acaba sendo o ator que se vê de certa forma coagido a alcançar essa performatividade estabelecida de forma direta ou indiretamente pelos órgãos controladores em diferentes instâncias governamentais. Ball afirma que:

Um novo tipo de professor e novos tipos de conhecimentos são “invocados” pela reforma educacional- um professor que consiga maximizar o desempenho, que consiga deixar de lado princípios irrelevantes, ou compromissos sociais fora de moda, para quem a excelência e o aperfeiçoamento sejam a força motriz de sua prática. (BALL, 2005, p.554).

Desse modo a formação do professor tanto inicial quanto continuada é permeada por políticas gerencialista e performativista, as quais acabam incutindo nesses sujeitos uma cultura de responsabilidade individual pelo bem estar organizacional pautado no sucesso da educação mensurado por indicadores do nível de aprendizagem.

Então, podemos dizer que há uma intersecção entre as políticas públicas educacionais e a formação dos professores. Além disso, influencia de forma marcante o desenvolvimento da identidade docente. Segundo Sousa (2014, p. 8949) “é no âmago das aprendizagens experienciais e relacionais, entendidas como aquelas originadas nas vivências dos professores, no seu modo de perceber, interpretar

e construir sua prática que vai se construindo a identidade docente”. De acordo com Marcelo (2009b, p.112) “o desenvolvimento da identidade acontece no terreno do intersubjetivo e se caracteriza como um processo evolutivo, um processo de interpretação de si mesmo como pessoa dentro de um determinado contexto.

Uma vez que, de acordo com Cunha (1997, p. 4), “o professor constrói sua performance a partir de inúmeras referências”. E se esses referenciais forem constituídos apenas nessa interface, o que dizer da subjetividade autônoma?

Nesse sentido, Freitas (2004), diz que:

É, através da conscientização que o homem assume o papel de sujeito e o seu compromisso histórico num processo de fazer e refazer o mundo, dentro de possibilidades concretas, fazendo e refazendo também a si próprio. Tal processo exige ação-reflexão em movimento permanente de superação da posição ingênua frente à realidade, aquela que ocorre na forma espontânea de aproximação do mundo. Exige a assunção de uma posição crítica, para além da tomada de consciência. (FREITAS, 2004, p. 151)

A autora ainda ressalta que:

A conscientização, enquanto processo permanente de construção da criticidade, para além de sua dimensão política, implica necessariamente uma dimensão epistemológica, uma vez que a consciência crítica ao não se satisfazer com as aparências, nem aceitar explicações mágicas sobre a realidade, pressupõe uma atitude de inquietação e busca da compreensão dos fatos, ultrapassando os limites da cotidianidade e exigindo que o pensamento opere epistemologicamente. Logo, a curiosidade torna-se epistemológica, característica fundante da consciência crítica, a qual, não se reduz à tomada de consciência, mas implica, principalmente, a assunção de sua condição de sujeito histórico. Nesse processo, no exercício permanente da capacidade de conhecer-se, através da criticização das relações consciência-mundo, o sujeito contribui para a transformação da realidade à medida que transforma também a si mesmo. (FREITAS, 2004, p.73)

Por isso, enquanto professores educadores cabe a cada sujeito aceitar sua extinção ou lutar pela constituição de um autêntico profissional que tem como premissa a valorização da reflexão entre o “eu e as coletividades do mundo social” (BALL, 2005, p.12). Cada um tem a liberdade de fazer essa escolha.

4 | TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao analisar o panorama das Políticas Públicas Educacionais no Brasil, fazendo um breve recorte a partir das primeiras décadas do século XX, podemos adquirir a compreensão de como o nosso país vem caminhando no cenário educacional.

Abre-se um leque de questionamentos sobre o caráter imposto pelas reformas no modelo de gestão educacional desde o governo Fernando Henrique Cardoso aos nossos dias atuais, as quais tem se caracterizado por formas gerencialista e performativista que acabam influenciando a formação do professor, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento da identidade docente.

Ao se pensar nas políticas públicas educacionais com foco na formação dos

professores, vimos que apesar de ser um tema bastante discutido nas pesquisas educacionais, há aspectos que precisam de maior aprofundamento com relação a influência de fatores internos e externos tanto no âmbito nacional quanto internacional. É necessário unir as vozes para reclamar por políticas de formação de professores que perpassem pelos três níveis: macro (ministérios), intermediário (secretarias estaduais e municipais) e micro (escola). Para isso é preciso muito mais que projetos pontuais desenvolvidos nessas esferas, que objetivam apenas atender a uma demanda estabelecida pelo modelo capitalista neoliberal.

Enquanto educadores, não podemos reduzir a qualidade da educação a meros conceitos de eficiência e eficácia como são determinados pelos órgãos internacionais que estabelece o caminho que deve ser trilhado pela economia brasileira. Quando somos subjugados por Sistemas de Avaliação da Educação, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional de Cursos (ENADE) que faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Além de tudo isso, temos desde 2005, a Prova Brasil instituída pelo MEC e desde 2007 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que delega os padrões de desempenho que os sistemas escolares do nosso país devem atingir até 2021, os quais são referenciados nos resultados do PISA que é o Programa Internacional de Avaliação da Aprendizagem.

O professor acaba se tornando um refém desses Sistemas de Avaliação, porque acabam impondo um discurso que o profissional docente precisa adquirir certas competências para o seu desenvolvimento ético - profissional, o qual reforça a centralização das políticas de currículo para aumentar o controle da educação nacional.

Podemos observar isso claramente em nossas escolas, quando toda a comunidade se mobiliza em torno do “Prêmio Gestão”, quando as políticas de formação têm como meta o treinamento de professores e alunos para a realização da Prova Brasil, do ENEM, dentre outros. Independente de sermos professores iniciantes ou experientes, o atributo de profissional competente está estreitamente vinculado a eficácia e a eficiência que estão submetidos aos valores indicados nos resultados dessas avaliações.

Caso os educadores do século XXI, não tiverem uma tomada de posição política comprometida com o social e o desenvolvimento humano, (nós) seremos apenas fantoches desse modelo gerencial para alcançarmos a “performance” que atenda aos interesses mercantilistas vigentes pelo atual sistema, recebendo a adjetivação de um bom professor.

No entanto esse papel de alienação, não cabe ao professor que almeja mudanças nessa sociedade e acredita que a escola é o palco que pode dar início a um novo enredo para a nossa história. E nós educadores que temos a concepção

de educação como um ato político transformador, somos os principais protagonistas dessa história.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v.35, n.126, p. 539-564, set/dez. 2005.

BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson (orgs.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BERNSTEIN, B. Official Knowledge and pedagogic identities: the politics of recontextualising. In: BALL, S. J. (ed). **The Sociology of education**: major temas. London: Routledge Falmer, 2000.

CABRAL NETO, Antônio. Gerencialismo e gestão educacional: cenários, princípios e estratégias. In: FRANÇA, Magna; COSTA, Maura (Orgs.). **Política Educacional**: cenários, princípios e estratégias. Brasil: Liber Livro, 2009.

CASTRO, Alda Maria Duarte de Araújo. A qualidade da educação básica e a gestão da escola. In: FRANÇA, Magna; COSTA, Maura (Orgs.). **Política Educacional**: cenários, princípios e estratégias. Brasil: Liber Livro, 2009.

CUNHA, Maria Izabel da. Conta-me agora! As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. **Revista da Faculdade de Educação**. vol. 23 n. 1-2 São Paulo Jan./Dec. 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. **Pedagogia da conscientização**: um legado de Paulo Freire à formação de professores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

LESSARD, C. Governabilidad y políticas educativas: sus efectos sobre el trabajo docente. La perspectiva canadiense. In: OLIVEIRA, D. A. et al. **Políticas educativas y territorios**: modelos de articulación entre niveles de gobierno. Buenos Aires: UNESCO- IPE, 2010.

MARCELO GARCIA, C. **Formação de professores**: para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

MARCELO, Carlos . A identidade docente: constantes e desafios. In: **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente**. Belo Horizonte, v. 01, n. 01, p. 109-131, ago./dez. 2009b.

PERONI, Vera. **Política Educacional e o papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

SANTOS, Kátia Silva. Políticas Públicas Educacionais no Brasil: tecendo fios. In: **O 25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011>. Acesso em: 30 jun.2013.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUSA, Rozilene de Moraes; ROCHA, Simone Albuquerque. Como um estranho no ninho: O professor iniciante e seu processo de inclusão no ambiente da profissão docente: Qual o papel da escola? **XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, set, 2013.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME - Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia” e membro do Grupo “Laboratório de Formação de professores e práticas dialógicas na Educação- Lapedi - UFT”. Tem Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/ UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPAUFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, entre outros, tendo como foco a História Local e a História das Instituições Escolares, assim como efetiva participação em cursos de Especialização (lato sensu) voltados para a formação de professores com foco na gestão, organização, planejamento, orientação e avaliação na Educação Básica.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agroecologia 1, 2, 5, 6, 7, 10, 50, 53, 56, 59
Análises e reflexões 102, 272
Atividades didáticas 184, 189, 190, 192, 193
Atividades na natureza 28, 31
Avaliação Física 122, 123, 124, 125, 128, 129

B

Biofilia 28, 29, 30, 36, 37, 38

C

Caverna 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 142
Conhecimentos matemáticos 50, 53, 54, 59
Consolidação 59, 78, 79, 82, 97, 102, 108, 275, 310
Corpo 28, 30, 31, 36, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 113, 137, 142, 200, 210, 212, 240, 264
Creche 204, 205, 206, 207, 208
Currículo 3, 6, 9, 10, 74, 75, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 120, 192, 202, 210, 211, 212, 216, 218, 221, 222, 223, 227, 277, 279, 294, 298, 301

D

Direito a ter direitos 195
Disciplina 12, 13, 14, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 40, 42, 43, 46, 48, 71, 72, 86, 90, 91, 93, 94, 95, 103, 117, 118, 178, 188, 189, 192, 196, 204

E

Educação Física Escolar 61
Educação Infantil 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 262, 266, 297, 299
Ensino de Ciências 1, 2, 7, 74, 104, 105
Ensino de química 102, 109
Ensino e aprendizagem 80, 132, 175, 178, 194, 283
Escalonamento 149, 150, 153, 154, 156, 159
Escola 1, 3, 7, 40, 42, 62, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 123, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 161, 163, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 187, 194, 195, 198, 199, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 231, 248, 249, 250, 253, 255, 257, 260, 263, 273, 274, 275, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 290, 292, 294, 295, 296, 301, 302, 303, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 315, 316
Estado da arte 102, 104, 109, 203, 302

Estágio Curricular 72, 86, 88, 93
Estágio Supervisionado 50, 51, 52, 53, 59

G

Geogebra 149, 150, 153, 154, 155, 160

H

História 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 54, 55, 56, 69, 76, 77, 79, 84, 105, 109, 118, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 176, 183, 187, 188, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 216, 219, 220, 224, 238, 239, 240, 241, 242, 250, 283, 287, 288, 301, 302, 317
História dos Direitos Humanos 195, 196, 197, 203

I

Informática na Educação 161, 162, 164, 165, 166, 171, 173, 174

J

Jogos 17, 22, 40, 43, 66, 67, 76, 80, 105, 175, 178, 179, 180, 181, 183

L

Licenciatura em Educação do Campo 50, 51, 54, 55, 58
Licenciatura em Matemática 43, 175, 183
Língua Inglesa 184, 188, 193, 194
Logos Histórico 140, 143, 144, 145

M

Material Pedagógico 61, 62, 63, 64, 67, 68, 71
Medicalização 86, 88, 96, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139

N

NTEM Santa Maria 162, 164, 172

P

PIBID 84, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183
Pivotamento 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 159
Política 18, 80, 87, 113, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 162, 164, 184, 185, 188, 202, 203, 205, 207, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 242, 243, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 256, 258, 259, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 285, 289, 295, 296, 298, 300, 301, 302
Politização 140, 143, 144, 145
Prevenção 112, 116, 117, 120, 122, 126, 128, 129
Primeiros socorros 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121

Processo Educativo 42, 61, 68, 69, 70, 71, 72, 94, 166, 172, 210, 289, 314
Produção Agroecológica 50, 54, 55, 56, 57, 58, 59
Professor de Informática Educativa 161, 162, 163, 166
Professores 8, 46, 47, 52, 62, 64, 73, 74, 75, 76, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 93, 94, 95, 100, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 128, 134, 135, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 177, 178, 182, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 201, 203, 206, 210, 213, 214, 216, 217, 221, 223, 274, 278, 282, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 298, 299, 300, 301, 302, 316, 317
Profissão 26, 72, 83, 97, 186, 216, 278, 303, 304, 307, 308, 309, 314, 315
Projeto Político Pedagógico 204, 205, 206, 209, 211, 212, 213, 221, 222, 223

R

Roteiro 35, 113, 184, 185, 188, 189, 190, 192, 193

S

Sedentarismo 122

Sistemas Agroflorestais 1, 2, 3, 6, 8, 9, 11

Sistemas Lineares 149, 150, 154

Sociedade 4, 5, 6, 7, 13, 40, 41, 42, 48, 52, 53, 57, 65, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 102, 105, 109, 118, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 143, 145, 146, 147, 160, 162, 163, 165, 173, 174, 182, 186, 194, 202, 209, 213, 216, 219, 220, 235, 237, 238, 240, 242, 243, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 263, 273, 275, 277, 278, 287, 288, 289, 292, 294, 295, 297, 299, 301, 307

T

Tecnologia Educacional 161, 162, 164, 165, 166, 174

Transdisciplinaridade 74, 79, 80, 81

